



Centro Universitário de Brusque - Unifebe
Conselho Universitário - Consuni

Projeto do
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu
Direito Processual Civil
TURMA - III

Brusque (SC)
Julho, 2009

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA IES E DO CURSO	3
1.1	Histórico da Instituição:.....	3
1.2	Nome do Curso:.....	4
1.3	Área do Conhecimento:	4
1.4	Coordenador do Curso:.....	4
1.5	Titulação do Coordenador:.....	4
1.6	Endereço do Coordenador:.....	4
2	CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	5
2.1	Período de Realização:.....	5
2.2	Carga Horária:	5
2.3	Base Legal do Curso	5
2.4	Autorização do Curso:.....	5
2.5	Curso oferecido:.....	5
2.6	Número de Vagas:.....	5
2.7	Clientela:.....	5
3	CONCEPÇÃO DO CURSO	6
3.1	Objetivos:.....	6
3.2	Justificativa:	6
4	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	7
4.1	Matriz Curricular:.....	7
4.2	Ementário das Disciplinas.....	8
5	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	18
5.1	Corpo Docente.....	18
5.2	Dados Estatísticos do Corpo Docente do Curso	21
5.3	Cronograma:.....	23
5.4	Metodologia de Ensino:.....	25
5.5	Infra-Estrutura Física:.....	25
5.6	Critério de Seleção:	26
5.7	Sistemas de Avaliação:.....	26
6	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....	29

1 IDENTIFICAÇÃO DA IES E DO CURSO

1.1 Histórico da Instituição:

A Fundação Educacional de Brusque – FEBE foi criada pela Lei Municipal nº 527, de 15 de janeiro de 1973, tendo como idealizador o Prof. Pe. Orlando Maria Murphy, que foi seu primeiro presidente. As atividades de pós-graduação tiveram seu início posteriormente, em agosto de 1991 e, desde então já foram realizados diversos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O ano de 2003 marcou a instituição com profundas e significativas mudanças de ordem física, administrativa e pedagógica. Buscando seu diferencial frente ao contexto atual, a mantida da instituição, então denominada CESBE – Centro de Educação Superior de Brusque, recebeu um novo *status* acadêmico, o de Centro Universitário, passando a ser denominada Unifebe – Centro Universitário de Brusque.

Diante desta nova situação, as atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão passaram a ser administradas por uma pró-reitoria. Com o credenciamento do Centro Universitário de Brusque – Unifebe, a partir de 29 de agosto (data da publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Proppex passou a fazer parte da história da instituição.

A Unifebe tem como missão atuar no Ensino Superior, pautado em uma perspectiva humanista e comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida na sociedade. Assim, entendemos que na atual conjuntura, não é possível formar apenas um profissional técnico, voltado meramente para o mercado de trabalho. É imprescindível formar o profissional/cidadão, ético, solidário e comprometido com o desenvolvimento da sociedade na qual está inserido. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um mecanismo importante para possibilitar tal formação.

O desenvolvimento do ensino superior está vinculado diretamente à capacidade de criação, inovação, diversificação e adaptação às novas demandas da sociedade. É cada vez mais necessário contribuir para a capacitação e desenvolvimento do acadêmico, a fim de se alcançar o desenvolvimento econômico e social pretendido. Em meio a esse desafio a Proppex se mantém atenta às necessidades da graduação e às tendências do mercado da região, oferecendo à comunidade, cursos de especialização distribuídos nas diversas áreas de conhecimento em que a Unifebe atua.

1.2 Nome do Curso:

Direito Processual Civil – Turma III

1.3 Área do Conhecimento:

Direito

1.4 Coordenador do Curso:

Prof. Msc. Rodrigo José Leal

1.5 Titulação do Coordenador:

Mestre em Ciência Jurídica

1.6 Endereço do Coordenador:

Endereço: Rua 908, 25, apto. 102
Florianópolis/SC - CEP 88330-582
Telefone: (47) 3360-8156 – 9137-1805
e-mail: r.jl@terra.com.br

2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Período de Realização:

Início: 16 de Outubro de 2009

Término: 06 de Maio de 2011

Turno: sexta-feira à noite, das 18h30m às 22h (equivalente a 3 horas e 30 minutos); sábados, das 8h às 12h30m (equivalente a 4 horas e 30 minutos) e à tarde das 14h às 18h, perfazendo 12 horas por final de semana.

2.2 Carga Horária:

360 horas + TCC/artigo científico

2.3 Base Legal do Curso

- Resolução do CEE/SC nº 107, de 20 de novembro de 2007, do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, homologada pelo Decreto Estadual nº 1.097 de 22 de fevereiro de 2008.
- Regulamento da Pós-Graduação da Unifebe aprovado pela resolução CA no. 24/09 de 27/05/2009.

2.4 Autorização do Curso:

Conselho Universitário: Parecer Consuni nº 078/09, de 15/07/09.

Conselho Administrativo: a definir.

2.5 Curso oferecido:

() 1ª vez

(x) 3ª vez

() 2ª vez

() 4ª vez ou mais vezes

2.6 Número de Vagas:

Mínimo = 18

2.7 Clientela:

O Curso destina-se aos operadores jurídicos em geral. São eles: bacharéis em direito, professores, delegados de polícia, promotores de justiça, juízes de direito, servidores da justiça federal e estadual, advogados, assessores, consultores jurídicos, procuradores federais, estaduais, municipais, entre outros bacharéis interessados pelos conteúdos das disciplinas a serem ministradas durante o curso.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 Objetivos:

Objetivo Geral

Formar especialistas para o mercado de trabalho, voltados à área do Direito Processual Civil.

Objetivos Específicos

- Estudar temas jurídicos ligados ao Processo Civil e suas áreas correlatas.
- Analisar as recentes formulações teóricas sobre o tema.
- Pesquisar novos institutos e as reformas do direito processual civil e as interpretações jurisprudenciais decorrentes.

3.2 Justificativa:

O Curso de Especialização em Direito Processual Civil pretende ministrar aos alunos conteúdos de ordem teórica e prática, visando atualizar e aprofundar o nível de conhecimento, tanto nas áreas do Processo Civil como também naquelas matérias que guardem relações com área processual da Ciência Jurídica.

Com isto, prioriza-se buscar e explicitar o embasamento teórico que recobre o Processo Civil para, posteriormente, estudar a sua operacionalidade no contexto do ordenamento jurídico brasileiro.

4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.1 Matriz Curricular:

Professores	Título	Disciplinas Obrigatórias	C/H
Luiz Bráulio Farias Benitez Florianópolis-SC	Dr.	Teoria Geral do Direito	24
João José Leal	Dr.	Princípios Constitucionais Processuais	24
Paulo de Tarso Brandão Florianópolis-SC	Dr.	Teoria Geral do Processo	24
Jeferson Custódio Próspero	MSc.	Processo de Conhecimento	24
Marta Elisabeth Diegledisch	MSc.	Processo de Execução	24
Maria Cláudia A. de Souza	MSc.	Processo Cautelar e Tutelas de Urgência	24
Denise S. Siqueira Garcia	MSc.	Procedimentos Especiais	24
Jeferson Custódio Próspero	MSc.	Recursos	24
Sérgio Cademartori	Dr.	Processo Administrativo	24
Paulo Márcio Cruz	Dr.	Processo Constitucional	24
Fernanda Sales Cavedon	Dra.	Processo Ambiental	24
Rogério Zuel Gomes	MSc.	Processo do Consumidor	24
Alexandre Macedo Tavares	MSc.	Processo Tributário	24
Celso Leal da Veiga Júnior	MSc.	Processo Trabalhista	24
Clara Maria Furtado	MSc.	Metodologia da Pesquisa	24
Total			360

4.2 Ementário das Disciplinas

Teoria Geral do Direito (24h)

As matrizes clássicas do pensamento jurídico (Kelsen, Bobbio, Hart). Teoria do Ordenamento Jurídico. Fontes do Direito. Lacunas e antinomias. O Estado de Direito como ordem normativa de garantias. A legitimidade jurídica garantida. Teoria Geral do Direito Privado.

Bibliografia

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Trad. Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993. 606 p.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Juiz alternativo e poder judiciário**. São Paulo: Acadêmica, 1992. 143 p.

AZEVEDO, Plauto Faraco. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1989. 79 p.

BASTOS, Aurélio Wander. **Introdução à teoria do direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000. 333 p.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. Tradução de Márcio Pugliese, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995. 239 p.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. Brasília: Unb, 1997. 184 p.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2000. 793 p.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000. 1461 p.

CARNELUTTI, Francesco. **Teoria geral do direito**. Tradução de Antônio Carlos Ferreira. São Paulo: Lejus, 1999. 547 p. Título original: *Teoria generale del diritto*.

CARVALHO, Amilton Bueno; CARVALHO, Salo de. **Aplicação da pena e garantismo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001. 161 p.

Princípios Constitucionais Processuais (24 h)

Doutrina dos princípios jurídicos. Histórico e conceito. Importância e dimensão. Princípios processuais fundamentais.

Bibliografia

MOTTA DA SILVA, Moacyr. O princípio da razoabilidade, como expressão do princípio da justiça, e a esfera de poderes jurisdicionais do juiz. In: **Novos estudos jurídicos**. Univali, Itajaí, ano V, n. 8, p. 07-15, abr. 1999.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992. 318 p.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p.

OLIVEIRA JR, José Alcebíades. **Bobbio e a filosofia dos juristas**. Porto Alegre: Fabris, 1994^a. 159 p.

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da pesquisa jurídica: idéias e ferramentas úteis ao pesquisador do direito**. 6. ed. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2002. 208 p.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e direito**. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 429 p.

RÁO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. 4. ed. anot. e atual. por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. V. 1, 519 p.

REALE, Miguel. **Noções preliminares de direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 393 p.

Teoria Geral do Processo (24h)

Noções introdutórias. Antecedentes históricos da concepção do processo. Processo e constituição. Poder Judiciários e funções essenciais à justiça. Garantias constitucionais das partes. Institutos fundamentais do direito processual: Jurisdição, ação e processo. Aplicação do Direito Processual.

Bibliografia

CASTRO, Carlos Roberto de Siqueira. **O devido processo legal e a razoabilidade das leis na nova constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CALAMANDREI, Piero. **Direito processual civil**. Campinas: Bokkseller Editora. 1999.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. Volume 1. Traduzido por Hiltomar Martins Oliveira. 1^a edição. São Paulo: ClassicBook Editora. 2000.

CAPPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor. 1988.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido R. **Teoria Geral do Processo**, São Paulo: Malheiros Ed., 1993, 9ª ed., 305 p.

Processo de Conhecimento 24h

Processo de conhecimento. Partes e procuradores. Atos processuais. Atos do juiz e das partes. Prova: noção, teorias, objetos da prova, meios da prova, ônus e valoração da prova. O processo nos tribunais. A uniformização da jurisprudência. A declaração de inconstitucionalidade (aspectos procedimentais). A homologação da sentença estrangeira. A ação rescisória.

Bibliografia

AMARAL SANTOS, Moacyr. **Primeiras linhas de direito processual civil**. v.2. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil**. 7. ed. rev. atual. ampl. v.2. processo de conhecimento, São Paulo: RT, 2000.

BURGARELLI, Aclibes. **Tratado das Provas cíveis**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

BURNIER JÚNIOR, João Penido. **Teoria geral da Prova**. Campinas: Edicamp, 2001.

BORTOWSKI, Marco Aurélio Moreira. **Apelação Cível**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

BRASIL. **Código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL; NEGRAO, Theotônio; GOUVEA, Jose Roberto Ferreira. Código de processo civil e legislação processual em vigor. 2003.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

GRECO Filho, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. v.1. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Questões do novo direito processual civil brasileiro**. Curitiba: Juruá, 1999.

Processo de Execução (24h)

Execução em geral. As diversas modalidades. Definição e características dos títulos executivos. Liquidação e execução de sentenças. Embargos do devedor. Hipóteses de suspensão e extinção do processo de execução. Exceção de pré-executividade.

Bibliografia

THEODORO, Humberto Jr. **As inovações no código de processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. **Direito e Processo**. Rio de Janeiro: Aide, 1997.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. Vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003

_____. **Breves comentários à segunda fase da reforma do código de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Processo Cautelar e Tutelas de Urgência (24h)

Processo Cautelar: definição, objeto, características gerais, rito, cabimento, hipóteses. As cautelares nominadas e inominadas. As diversas modalidades de ação cautelar. A autonomia do processo cautelar. Antecipação de tutela. Características do instituto. Definição dos requisitos para seu deferimento. Alcance da medida. Tutelas de urgência.

Bibliografia

ARAGÃO, Egas Moniz de. **Comentários ao código de processo civil**. Volume 3. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense. 1991.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Direito processual civil**. São Paulo: Nelpa, 1999, 3ª ed.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Bookseller. 1998.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A reforma do código de processo civil**. 3ª edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores. 1996.

_____. **A instrumentalidade do processo**. 5ª edição revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores. 1996.

GONÇALVES, Marcus Vinicius. **Novo curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 3º volume. 12ª edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2004.

LACERDA, Galeno. **Comentários ao código de processo civil**. Volume VIII. Tomo I. Rio de Janeiro: Editora Forense. 1999.

LUCENA, João Paulo. **Comentários ao Código de Processo Civil : dos procedimentos especiais**. Volume 15. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2000.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do Processo Civil**. 3.ed., São Paulo: Malheiros, 1999.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de direito processual civil**. Ver.atual. e complementada por Ovídio A Rocha Barros Sandoval. v.2. Campinas: Millennium, 2000.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**. v.3. rev. atual. por Ovídio A Rocha Barros Sandoval. Campinas: Millennium, 2000.

_____. **Manual de direito processual civil**. 2.ed. v.2. Campinas: Millennium, 2001.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de processo civil interpretado**. São Paulo: Saraiva, 1997. 1515 p.

NERY JÚNIOR, Nelson e Rosa Maria Andrade Nery. **Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor**. 4ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1999.

Procedimentos Especiais (24h)

Procedimentos especiais: conceito e técnica. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e contenciosa. Previsão na legislação codificada e extravagante. Reflexos na efetividade do Direito. Importância da Tutela Provisória – Ações Dúplices – particulares. Ação de Consignação em Pagamento. Ação Monitória.

Bibliografia

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Saraiva: São Paulo. 2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2006.

BRASIL, **Código Civil**. Organização, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. São Paulo, Saraiva, 2006.

CALAMANDREI, Piero. **Direito processual civil**. Campinas: Bokkseller Editora. 1999.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de direito processual civil**. Volume 1. Traduzido por Hiltomar Martins Oliveira. São Paulo: ClassicBook Editora. 2000.

CAPPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor. 1988.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido R. **Teoria Geral do Processo**, São Paulo : Malheiros Ed., 1993, 9ª ed., 305 p.

Recursos (24h)

Disposições gerais. Antecedentes históricos. Legitimidade das partes e de terceiros para interposição de Recursos. Modalidades de recursos: Apelação, agravo de instrumento (repercussão das alterações do Código de Processo Civil), embargos infringentes, embargos de declaração, recurso extraordinário e especial. Hipóteses de admissibilidade. Pré-questionamento: noção e caracteres. A uniformização da jurisprudência. Pedido de suspensão liminar concedida em mandado de segurança. Alterações no processamento recursal atual: súmulas vinculantes etc.

Bibliografia

JÚNIOR, Gediel Claudino de Araújo. **Recurso de agravo – teoria e prática**. São Paulo: Jurídico Atlas, 2003.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do Processo Civil**. 3.ed., São Paulo: Malheiros, 1999.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de direito processual civil**. Ver. atual. e complementada por Ovídio A Rocha Barros Sandoval. v.2. Campinas: Millennium, 2000.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de Direito Processual Civil**. v.3. rev. atual. por Ovídio A Rocha Barros Sandoval. Campinas: Millennium, 2000.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. 2.ed. v.2. Campinas: Millennium, 2001.

MIRANDA, Gilson Delgado Miranda. PIZZOL, Patrícia Miranda. **Processo civil – Recursos**. São Paulo: Jurídico Atlas, 2002.

NEGRÃO, Theotonio. **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL e legislação em vigor**. Saraiva – última edição.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO e legislação processual civil extravagante em vigor**. Editora RT – última edição.

Processo Administrativo (24h)

A processualidade em sentido amplo. Diferenças entre Processo Civil e administrativo. O processo administrativo no contexto dos direitos e garantias fundamentais. Litigantes em processo administrativo. Princípios, tipologia e faces do processo administrativo. A responsabilidade civil e administrativa. Diferenças e aspectos jurisprudenciais. Controle jurisdicional dos atos administrativos.

Bibliografia

ALVES JUNIOR, Wilson José Figueiredo. **Mandado de segurança**. São Paulo: Editora de Direito, 2004.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAMBI, Eduardo. **Direito constitucional à prova no processo civil**. São Paulo: RT, 2001.(v.3, Coleção Temas atuais do direito processual civil).

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRANDÃO, Paulo de Tarso. **Ações constitucionais**. Florianópolis: Habitus Editora, 2001.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart. **Discricionariedade administrativa – No Estado constitucional de direito**. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. **Temas de política e direito constitucional contemporâneos**. Florianópolis: Momento atual, 2004.

Processo Constitucional (24h)

Jurisdição Constitucional. Controle de constitucionalidade dos atos normativos. Evolução histórica do direito comparado. O controle misto praticado no Brasil (controle difuso e concentrado). A tutela dos interesses metaindividuais. A ação civil pública, ação popular, writ constitucional.

Bibliografia

CRUZ, Paulo Márcio. **Política, Poder, ideologia e Estado contemporâneo**. Florianópolis: Diploma Legal, 2001.

_____. **Fundamentos do direito constitucional**. Curitiba: Juruá, 2001.

RAMOS JÚNIOR, Galdino Luiz. **Princípios constitucionais do processo**: visão crítica. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Garantias constitucionais do processo civil**: homenagem aos 10 anos da Constituição Federal de 1988. Coordenador José Rogério Cruz e Tucci, São Paulo: RT, 1999.

Processo Ambiental (24 h)

O meio ambiente como bem jurídico tutelado. O Interesse difuso ambiental. Princípios Estruturantes do Direito Ambiental aplicados à tutela judicial do meio ambiente. Dano Ambiental e Responsabilidade Civil Ambiental. Instrumentos processuais de tutela ambiental: Ação Civil Pública Ambiental e Ação Popular Ambiental.

Bibliografia

LEME MACHADO, Paulo Affonso. **Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política brasileira.** São Paulo: RT, 1993.

MILARÉ, Edis (Coord.). **Ação Civil pública:** Lei 7347/85 – reminiscência e reflexões após 10 anos de aplicação. São Paulo: RT, 1995.

MILARÉ, Edis; e BENJAMIN, Antônio Herman. **Estudo prévio de Impacto Ambiental:** teoria, prática e legislação. São Paulo: RT, 1993.

MILARÉ, Edis. **Direito ambiental:** doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: RT, 2000.

Processo do Consumidor – (24h)

CDC: noções gerais. O CDC enquanto norma de ordem pública e de interesse social. Peculiaridades das ações de reparação de danos, revisional de contratos e obrigação de fazer na relação de consumo. A legitimidade ativa nas ações individuais e coletivas. O consumidor equiparado e o processo civil. O ônus da prova no CDC. Da desconsideração da personalidade jurídica. A defesa coletiva: interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Bibliografia

Código de Defesa do Consumidor – Lei nº8.078/90.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto** – Editora Forense.

ALVIM, Arruda et alii. **Código do Consumidor Comentado** – Editora Revista dos Tribunais.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direitos do Consumidor** – Atlas
ALMEIDA, João Batista de Almeida. **A Proteção Jurídica do Consumidor.** Saraiva

THEODORO Jr. Humberto. **Direitos do Consumidor**- Forense

CRETELLA JÚNIOR, José et alii. **Comentários ao Código do Consumidor.** Forense
BARLETTA, Fabiana Rodrigues. **A revisão contratual no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.** São Paulo: Saraiva.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade civil nas relações de consumo.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais,

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor:** o novo regime das relações contratuais. 4. ed.rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**: com exercícios. São Paulo.

Processo Tributário (24h)

Ações de Iniciativa do sujeito passivo da obrigação fiscal. Caracteres da peça vestibular no processo judicial tributário. Mandado de segurança preventivo e repressivo em matéria tributária. Ação declaratória de inexistência de obrigação fiscal. Ação anulatória de lançamento de débito. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Medidas cautelares inominadas. Ação popular.

Bibliografia

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 5ª ed., São Paulo: Malheiros, 1998.

CAMPOS, Dejalma de. **Direito processual tributário**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Malheiros, 2005.

MARINS, James. **Direito processual tributário brasileiro: administrativo e judicial**. São Paulo: Dialética, 2001.

TAVARES, Alexandre Macedo. **Fundamentos de direito tributário**. 3ª ed. Florianópolis: Momento Atual, 2006.

Processo Trabalhista (24h)

Função Jurídica do Estado e Processo. Processo, procedimento e rito. Organização Judiciária Trabalhista. Processo e Procedimento Comum nos Dissídios Individuais. Procedimentos aplicados à Justiça de Trabalho. Recursos trabalhistas.

Bibliografia

ALMEIDA, Ísis de. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Ed. Sugestões Literárias S/A, 1981.

CAMPOS BATALHA, Wilson de Souza. **Tratado de Direito Judiciário do Trabalho**. São Paulo: LTr

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.

COSTA, Carlos Coqueijo. **Direito Processual do Trabalho**. Rio de Janeiro: Forense

GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva

RODRIGUES PINTO, José Augusto. **Processo Trabalhista de Conhecimento**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2000.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **A Prova no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr

TOSTES MALTA, Christovão Piragibe. **Prática do Processo Trabalhista**. São Paulo: LTr.

Metodologia da Pesquisa (24h)

Tipos de conhecimento. Ciência. A pesquisa científica. Métodos e técnicas de pesquisa. A linguagem do trabalho científico. Aspectos técnicos de apresentação do trabalho científico. Elaboração de projeto de pesquisa.

Bibliografia

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

5 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

5.1 Corpo Docente

A forma de contratação de todos os professores será via contrato.

Disciplina: Teoria Geral do Direito	
Nome do professor	Luiz Bráulio Farias Benitez
Titulação	Doutor
Lattes	http://lattes.cnpq.br/0542899275883675
Experiência acadêmica	Professor da Universidade do Vale do Itajaí, professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense e do Centro Universitário Cândido Rondon-UNIRONDON.

Disciplina: Princípios Constitucionais Processuais	
Nome do professor	João José Leal
Titulação	Doutor
Lattes	http://lattes.cnpq.br/7568857314623597
Experiência acadêmica	Docente Permanente da Universidade do Vale do Itajaí. Tem experiência na área de Direito , com ênfase em Direito Público.

Disciplina: Teoria Geral do Processo	
Nome do professor	Paulo de Tarso Brandão
Titulação	Doutor
Lattes	http://lattes.cnpq.br/2243852940585133
Experiência acadêmica	Docente permanente do Programa de Pós-Graduação e de Graduação em Ciência Jurídica, nos Cursos de Doutorado e Mestrado, da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - e Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Disciplina: Processo de Conhecimento	
Nome do professor	Jeferson Custódio Próspero
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/3667229968129404
Experiência acadêmica	Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (1985) e mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Atualmente é profissional liberal - Jp Advogados Associados e professor titular da Universidade do Vale do Itajaí. É Coordenador do Curso de Direito da UNIVALI de Balneário Piçarras/SC.

Disciplina: Processo de Execução	
Nome do professor	Marta Elisabeth Diegledisch
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5299861174248004
Experiência acadêmica	Professor titular da Universidade do Vale do Itajaí. Oficial designada - Ofício de Registro de Imóveis de Camboriú e Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito Notarial e Registral, Direito Aduaneiro e Direito Civil.

Disciplina: Processo Cautelar e Tutelas de Urgência	
Nome do professor	Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/2095171218854616
Experiência acadêmica	Professora da Universidade do Vale do Itajaí, na Graduação e Pós-Graduação. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, Ambiental e Portuário, atuando principalmente nos seguintes temas: Responsabilidade Civil, Conflitos Jurídico Ambientais, Danos Ambientais, Responsabilidade das Operadoras Portuárias por Danos Ambientais, Princípio do Desenvolvimento Sustentável.

Disciplina: Procedimentos Especiais	
Nome do professor	Denise S. Siqueira Garcia
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/8233231361252124
Experiência acadêmica	Professora de graduação e de pós graduação em Direito Civil e Direito Processual Civil. Coordenadora de pós graduação em Direito Processual Civil da Universidade do Vale do Itajaí. Advogada. Professora de cursos preparatórios da o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: direito civil, direito de família, direito das sucessões, direito processual civil.

Disciplina: Processo Administrativo	
Nome do professor	Sérgio Cademartori
Titulação	Doutor
Lattes	http://lattes.cnpq.br/8714992651258119
Experiência acadêmica	Professor do doutorado da Universidade de Granada e professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina.

Disciplina: Processo Constitucional	
Nome do professor	Paulo Márcio Cruz
Titulação	Doutor
Lattes	http://lattes.cnpq.br/4660675787614166

Experiência acadêmica	Membro titular do Conselho Universitário da Universidade do Vale do Itajaí, Coordenador dos Cursos de Doutorado e de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e responsáveis pelas Disciplinas Teoria Política e Teoria dos Princípios Constitucionais. É professor convidado permanente do Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad, da Universidade de Alicante, na Espanha e é professor colaborador na Universidade de Perugia, na Itália. Atualmente dedica-se a pesquisas sobre a Superação Democrática do Estado Constitucional Moderno e sobre Neo-Constitucionalismo e Princiologia Constitucional.
------------------------------	--

Disciplina: Processo Ambiental

Nome do professor	Fernanda Sales Cavedon
Titulação	Doutora
Lattes	http://lattes.cnpq.br/9898730393935886
Experiência acadêmica	Professora titular, pesquisadora e extensionista da Universidade do Vale do Itajaí, na área do Direito Ambiental. Integra o Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental da mesma instituição. É sócia fundadora da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil - APRODAB.

Disciplina: Processo do Consumidor

Nome do professor	Rogério Zuel Gomes
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/6213123919299397
Experiência acadêmica	Professor convidado em nível de pós-graduação no Cesusuc, Furb, Febe, ICPG, INPG, Univille, Unitri/MG, Unochapecó, Escola Superior da Advocacia da OAB/Paraná, Escola do Ministério Público de Santa Catarina e Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina. Diretor da Comissão Permanente de Controle de Cláusulas Abusivas do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon - 2006/2010) e foi membro da Comissão de Estudos Jurídicos e Legislativos da OAB/SC (2005-2006). Advogado militante em Santa Catarina na área de direito contratual e societário.

Disciplina: Processo Tributário

Nome do professor	Alexandre Macedo Tavares
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5365248375137177

Experiência acadêmica	Professor Titular de Direito Tributário do Curso de Direito. Foi vencedor do concurso nacional destinado a jovens autores e especialistas do Direito Constitucional e Tributário, recebendo o Prêmio Geraldo Ataliba, ofertado pelo Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial (IGA-IDEPE). É, ainda, Professor convidado da Escola do Ministério Público de Santa Catarina e dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Tributário e em Contabilidade Tributária da Fundação Universidade Regional de Blumenau(FURB), além de palestrante em Simpósios de Direito Empresarial.
------------------------------	---

Disciplina: Processo Trabalhista

Nome do professor	Celso Leal da Veiga Júnior
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5986001087354426
Experiência acadêmica	Secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Município de Tijucas, SC. Entre Janeiro de 2005 a Dezembro de 2008 foi Chefe de Gabinete do Prefeito Elmis Mannrich, no Município de Tijucas. É Professor de Direito, atuando na Graduação e Pós-Graduação desde 1986. Coordena o Curso de Direito da UNIVALI, Campus Tijucas. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho; produz e apresenta Programa Radiofônico aproximando a comunidade do Vale do Rio Tijucas das questões Jurídicas e Sociais. É Membro da Academia de Letras de Governador Celso Ramos, SC. Também da Oficial Academia de Letra de Tijucas. Atua na orientação de Trabalhos Monográficos na Graduação e na Pós-Graduação. Integrante ad hoc de Comissões do INEP/MEC vinculadas ao SINAES.

Disciplina: Metodologia de Pesquisa

Nome do professor	Clara Maria Furtado
Titulação	Mestre
Endereço e telefone	claramaria@unifebe.edu.br
Lattes	http://lattes.cnpq.br/7662020425168614
Experiência acadêmica	Professora de disciplinas Metodologia do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa em cursos de pós-graduação – Lato Sensu

5.2 Dados Estatísticos do Corpo Docente do Curso

a) Informações gerais:

- Nº total de docentes que ministrarão o curso: 14
- Nº docentes pertencentes ao quadro permanente da Unifebe: 01
- Nº de docentes externos à Unifebe: 13

b) Titulação:

- Nº de Mestres: 08
- Nº de Doutores: 06

5.3 Cronograma:

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	Nº DE HORAS	INÍCIO	TÉRMINO	NOME DO PROFESSOR	TÍTULO: PhD, Dr., MSc., Esp.	I.E.S. A QUE ESTÁ VINCULADO	PERTENCE AO QUADRO PERMANENTE DA FEBE	
							SIM	NÃO
1. Teoria Geral do Direito	24	16 e 17 de outubro de 2009	06 e 07 de novembro de 2009	Luiz Bráulio Farias Benitez Florianópolis-SC	Dr.	UNIVALI Fpolis		X
Princípios constitucionais Processuais	24	20 e 21 de novembro de 2009	04 e 05 de dezembro de 2009	João José Leal	Dr.	UNIVALI Itajaí		X
Teoria Geral do Processo	24	05 e 06 de março de 2010	19 e 20 de março de 2010	Paulo de Tarso Brandão Florianópolis-SC	Dr.	UNIVALI Itajaí		X
Processo de Conhecimento	24	09, 10 de abril de 2010	23 e 24 de abril de 2010	Jeferson Custódio Próspero	Msc.	UNIVALI Itajaí		X
Processo de Execução	24	14 e 15 de maio de 2010	28 e 29 de maio de 2010	Marta Elisabeth Diegledisch	Msc.	UNIVALI Itajaí		X
Metodologia da Pesquisa	24	11 e 12 de junho de 2010	25 e 26 de junho de 2010	Clara Maria Furtado	MSc.	Unifebe Brusque	X	
Processo Cautelar e Tutelas de Urgência	24	09 e 10 de julho de 2010	23 e 24 de julho de 2010	Maria Cláudia A. de Souza	Msc.	UNIVALI Itajaí		X
Procedimentos Especiais	24	06 e 07 de agosto de 2010	20 e 21 de agosto de 2010	Denise S. Siqueira Garcia	Msc.	UNIVALI Itajaí		X
Recursos	24	03 e 04 de setembro de 2010	17 e 18 de setembro de 2010	Jeferson Custódio Próspero	Msc.	UNIVALI Itajaí		X

9.Processo Administrativo	24	01 e 02 de outubro de 2010	15 e 16 de outubro de 2010	Sérgio Cademartori	Dr.	UFSC Fpolis.		X
Processo Constitucional	24	29 e 30 de outubro de 2010	12 e 13 de novembro de 2010	Paulo Márcio Cruz	Dr.	UNIVALI Itajaí		X
Processo Ambiental	24	26 e 27 de novembro de 2010	10 e 11 de dezembro de 2010	Fernanda Sales Cavedon	Dra.	UNIVALI Itajaí		X
Processo do Consumidor	24	25 e 26 de fevereiro de 2011	11 e 12 de março de 2011	Rogério Zuel Gomes	Msc.	UNIVILE Joinvile		X
Processo Tributário	24	25 e 26 de março de 2011	08 e 09 de abril de 2011	Alexandre Macedo Tavares	Msc.	UNIVALI Itajaí		X
Processo Trabalhista	24	29 e 30 de abril de 2011	06 e 07 de maio de 2011	Celso Leal da Veiga Júnior	Msc.	UNIVALI Tijucas		X
TOTAL	360							

OBS.: O curso contará com a participação dos professores acima, cabendo ressaltar a possibilidade de alteração e/ou ampliação do quadro, respeitadas sempre a qualificação acadêmica e a excelência didático-metodológica do curso.

5.4 Metodologia de Ensino:

Os participantes do curso terão acesso e facilidades em utilizar os recursos disponíveis na Biblioteca Acadêmica. As disciplinas do curso serão oferecidas nos meses outubro de 2009 a maio de 2011, perfazendo uma carga horária de **360 h/a**. A previsão da periodicidade das aulas se dará com encontros quinzenais.

As aulas serão ministradas às sextas-feiras à noite e sábados durante a manhã e a tarde, conforme cronograma, as quais constarão de aulas expositivas, debates, seminários, trabalhos em grupo, podendo o professor desempenhar concomitantemente o desenvolvimento da disciplina e avaliação dos alunos. Cabe ressaltar a possibilidade de alteração do local e horário de funcionamento, com conhecimento e aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e total aceitação da turma.

Em consonância com o *Regulamento da Pós-Graduação da Unifebe aprovado pela resolução CA no. 24/09 de 27/05/2009*, as aulas poderão ser oferecidas na modalidade presencial conforme cronograma ou semipresencial respeitada a carga horária estabelecida de 20% da carga horária total da disciplina. Como metodologia de ensino, as aulas poderão ser expositivas, com debates, seminários, trabalhos em grupo, ficando a avaliação do desempenho dos alunos sob a responsabilidade do professor.

Este curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização em Desenvolvimento e Aprendizado na Infância, obedece às normas estabelecidas pela Resolução do CEE/SC nº 107, de 20 de novembro de 2007, do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, homologada pelo Decreto Estadual nº 1.097 de 22 de fevereiro de 2008 e pelo *Regulamento da Pós-Graduação da Unifebe aprovado pela resolução CA no. 24/09 de 27/05/2009*.

O Certificado do curso será expedido conforme determinações da Resolução do CEE/SC nº 107 do CEE/SC. Nenhuma disciplina do curso de graduação poderá ser usada para crédito de especialização. A dispensa/validação de disciplinas já cursadas pelo aluno em outros cursos de pós-graduação poderá ser concedida mediante o atendimento das exigências do Regulamento de Pós-Graduação da Unifebe.

5.5 Infra-Estrutura Física:

- a) Local e Horário de Funcionamento *
Dependências da Unifebe – Rua Dorval Luz, 123 – Bairro Santa Terezinha – Brusque
- Horário: 6ª feira: 18h30min às 22h
 Sábado: 8h às 12h30min e 14 às 18h.

* Cabe ressaltar a possibilidade de alteração do local e horário de funcionamento. Porém, será definido com a turma.

- b) Instalações (salas de aula, laboratórios, etc.)
1 sala de aula com capacidade para 50 alunos, equipada com TV, vídeo, DVD, projetor multimídia e retroprojetor.
- c) Biblioteca (acervo bibliográfico)
Disponível no acervo da Biblioteca da Unifebe. A Instituição não se compromete em adquirir as obras indicadas pelo Corpo Docente.

d) Recursos de Informática
Mediante agendamento prévio no Núcleo de Informática.

e) Reprografia
Disponível conforme atendimento prestado à Unifebe.

5.6 Critério de Seleção:

a) Inscrições para seleção:

Período: de 03/08/2009 a 31/08/2009

Pré-requisitos para ingresso no curso:

- Formulário de Inscrição
- Pagamento da taxa de inscrição
- diploma do curso superior (cópia)
- histórico escolar do curso de graduação (cópia)
- 1 foto 3x4
- Carteira de Identidade (cópia)

b) Seleção: 02,03 e 04 de setembro de 2009

Forma adotada:

- () Entrevista
- (x) Curriculum Vitae
- (x) Possível Entrevista

c) Matrículas: de 04/09/2009 a 10/09/2009

d) Início do Curso: 16 de outubro de 2009.

5.7 Sistemas de Avaliação:

a) Critérios para aprovação nas disciplinas:

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de instrumentos, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

CONCEITO	SIGNIFICAÇÃO	REF. NUMÉRICO
<i>A</i>	<i>Indica excelência de desempenho e concede créditos</i>	<i>9,0 a 10,0</i>
<i>B</i>	<i>Indica normalidade de desempenho e concede créditos.</i>	<i>8,0 a 8,9</i>
<i>C</i>	<i>Indica desempenho regular: deverá ser compensado por conceito (A) em outra disciplina, para efeitos de média geral de aprovação.</i>	<i>7,0 a 7,9</i>
<i>D</i>	<i>Indica reprovação na disciplina</i>	<i>0,0 a 6,9</i>

NC	Nada Consta: aluno sem avaliação	-
----	----------------------------------	---

- A obtenção de no mínimo, média global “B”, acrescido de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas, em cada disciplina, confere o direito à aprovação.
- Para cada conceito “C” obtido na realização de uma disciplina, o discente deverá compensar com um conceito “A” em outra disciplina para manutenção da média global igual ou superior a “B”.
- Ao aluno que concluir **o trabalho de conclusão de curso (artigo científico)** e todas as disciplinas com frequência e conceito exigidos, será emitido o **Certificado de Especialista em Direito Processual Civil**.
- Receberá Certificado de **Aperfeiçoamento** o aluno que, embora não concluindo o curso nas modalidades dispostas acima, tenha completado, com frequência e aproveitamento, no mínimo 180 horas de conteúdo específico nas disciplinas oferecidas.
- Cada módulo poderá corresponder a um Certificado de Extensão Universitária que o Pós-Graduando recebe ao término com sucesso do módulo.
- A entrega do conceito final para cada disciplina não deverá exceder o prazo de **30 (trinta) dias, contados do dia da entrega do trabalho final ao professor responsável**.

b) Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) = Artigo Científico:

O trabalho de conclusão de curso é individual e obrigatório nos cursos de pós-graduação *lato sensu* que tiverem previsto em seu projeto a sua elaboração na modalidade artigo científico. Entende-se por **artigo científico** a análise e discussão de resultados de trabalhos teóricos, bem como investigação baseada em dados empíricos, utilizando metodologia científica, que coloque em questionamento modelos existentes ou que leve à reformulação de hipóteses para futuras pesquisas.

Os **artigos científicos** deverão ser inéditos e devem apresentar assuntos que tenham originalidade de conteúdo ou de tratamento, consistência e rigor na abordagem teórica; coerência na delimitação, caracterização e desenvolvimento do objeto abordado em consonância com o curso frequentado e, ainda, clareza e correção de linguagem.

As normas para elaboração do **artigo científico** estão contidas no *Regulamento da Revista da Unifebe*.

A elaboração do **artigo científico** é de responsabilidade do aluno e poderá se iniciar a partir do oferecimento da disciplina de Metodologia da Pesquisa, sendo que a entrega final deverá ser efetuada em até **03 (três) meses** após o término da última disciplina. Somente em situações excepcionais o prazo da entrega do artigo científico poderá ser prorrogado por até 02 (dois) meses, a juízo do professor de Metodologia da Pesquisa e da Coordenação do respectivo curso.

O TCC será avaliado e aprovado pela comissão avaliadora, composta pelo professor da disciplina de Metodologia da Pesquisa, um professor do quadro docente do curso designado pela coordenação e pela coordenação do curso.

Será considerado aprovado o aluno que satisfizer os seguintes requisitos:

- a) obtenção do número mínimo de horas definidas no Projeto do Curso;
- b) aprovação do artigo científico pelo professor de Metodologia da Pesquisa, pela coordenação de curso e por um professor designado, com conceito não inferior a "B";
- c) o artigo científico que receber conceito C poderá ser refeito e submetido à nova avaliação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme cronograma apresentado pela coordenação do curso e a Secretaria da Proppex;
- d) o aluno que obtiver no TCC (artigo científico) conceito A deverá providenciar duas cópias do artigo científico impressa para a Proppex, que encaminhará uma à Biblioteca Acadêmica, além de uma cópia em CD-ROM, seguindo as demais instruções da Secretaria da Proppex;
- e) os artigos científicos que obtiverem conceito A poderão ser encaminhadas à Revista da Unifebe, juntamente com uma cópia em CD-ROM;
- f) o aluno que obtiver conceito B no artigo científico deverá providenciar cópia em CD-ROM, seguindo as demais instruções da Secretaria da Proppex.

6 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Será encaminhada ao Conselho Administrativo.